



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

## SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.  
C  
C

PUBLICADO NO D. O. B.  
De 22/03/93  
Rubrica

Processo no 10.850-001.020/90-15

Sessão de: 22 de setembro de 1992 ACORDÃO Nº 202-05.272  
Recurso no: 85.792  
Recorrente: DISTRIBUIDORA TEXTIL BERNADETE LTDA.  
Recorrida: DRF EM SÃO JOSE DO RIO PRETO - SP

**FINSOCIAL/FATURAMENTO** - Omissão de receita. Incide a Contribuição para o FINSOCIAL sobre os valores de títulos já quitados e mantidos no passivo da Empresa. **Recurso provido em parte.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **DISTRIBUIDORA TEXTIL BERNADETE LTDA.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso**, para excluir da tributação a parcela indicada no voto do relator.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1992.

HELVITO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente

ROSAIVO VITAL GONZAGA SANTOS - Relator

JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE  
**23 OUT 1992**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, OSCAR LUIS DE MORAIS, JOSE CABRAL GAROFANO, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO e SEBASTIÃO BORGES TAGUARY.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

29.

Processo no 10.850-001.020/90-15

Recurso No: 85.792

Acórdão No: 202-05.272

Recorrente: DISTRIBUIDORA TEXTIL BERNADETE LTDA.

R E L A T O R I O

Os presentes autos foram apreciados na Sessão desta Câmara de 14 de junho de 1991, havendo, naquela oportunidade, decidido a Câmara por converter o julgamento do recurso em diligência ao órgão de origem para providenciar anexação do acórdão do 1º Conselho de Contribuintes sobre IRPJ, tido como "processo matriz".

O então Conselheiro José Cabral Garofano apresentou, naquela sessão, o Relatório de fls. 47 e 48, que passo a ler.

Retornou o processo de diligência com os anexos de fls. 52 a 80, segundo os quais, após diligência pedida pela 2ª Câmara do Egrégio 1º Conselho de Contribuintes, a Recorrente logrou comprovar Cz\$ 129.894,89 como constantes do seu passivo, valor que foi excluído da exigência, conforme Acórdão no 102-26.839, da 2ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no: 10.850-001.020/90-15  
Acórdão no: 202-05.272

293

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS**

Considero que a matéria de fato foi devidamente apreciada pela 2a Câmara do 1o CC, que decidiu por manter o lançamento com exclusão de Cz\$ 129.894,00, cuja veracidade foi comprovada em diligência.

Quanto ao direito, nada alega a Recorrente que possa invalidar o lançamento, prendendo as suas razões apenas a questões de fato, já esclarecidas em diligência.

Assim, dou provimento parcial ao recurso para excluir da matéria tributável a importância de Cz\$ 129.894,00.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1992.

*Rosalvo Vital*  
ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS